

A HISTÓRIA A CONTRAPELO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DO ROMANTISMO NA ESCOLA

Denise Brasil Alvarenga Aguiar *

Resumo

O trabalho busca discutir a abordagem do ensino do Romantismo no nível médio, a partir de um instrumental teórico-crítico que privilegia a leitura das ruínas, da contraface de uma miragem romântica de brasilidade, em muito cristalizada pelos livros didáticos no tratamento do tema. Como objetivo mais geral, espera-se contribuir não só para uma revisão do olhar com o qual a escola imobiliza esse estilo do século XIX, como também para a construção de alternativas no estudo da nossa história literária, com apoio em autores que pensaram e repensaram, em épocas distintas, os ideais românticos de nação. Nesse diálogo, espera-se ainda apontar uma via possível para uma ação docente que, ao colocar nossos estudantes diante dos dilemas e impasses do passado, ajude-os a exercitar a crítica do presente e a pensar no futuro.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Ensino de Literatura; Romantismo; Nacionalismo.

Captar no pretérito a centelha da esperança [...]
(Walter Benjamin)

Ao propor uma reflexão sobre o ensino de um estilo literário do século XIX em pleno século XXI, não se está desprezando a situação cotidiana nas escolas, em que estudantes rejeitam textos tidos como “antigos” e “chatos”, enquanto professores reclamam do nível de leitura de crianças e adolescentes hoje. É exatamente por causa de conflitos dessa natureza – imbricados, é claro, a muitos outros fatores – que se torna importante pensar sobre o sentido não só do que ensinamos, mas também da abordagem que fazemos de textos e tempos distintos.

Já está suficientemente posto e, em grande medida, discutido, o problema da formação do leitor na sociedade

contemporânea, em que predominam o apelo visual, o consumo rápido, as múltiplas direções da massificação e da reificação. Falar, portanto, da atividade de formação do leitor no ambiente escolar é necessariamente dialogar com essas condições socioculturais, que estão longe de serem alteradas em nosso cotidiano. O estudo da literatura no ensino médio, com a tônica histórica – dos estilos de época – que atualmente estrutura o essencial dos programas da disciplina nas escolas, expressa, de acordo com a direção que se imprima a ele, um posicionamento quanto à relação do leitor com o passado, em meio à onipresença do imediato tal como hoje ela se apresenta.



Nesse sentido, qualificar o processo de discussão que vai orientar o olhar do nosso aluno sobre aquilo que já se produziu de cultura e arte pode, de fato, se tornar instrumento essencial para uma atitude em que a volta ao passado não seja apenas um caminho do conhecimento diletante ou impositivo, mas uma importante ferramenta para pôr em situação crítica o presente, como nos sugere Walter Benjamin, citado na epígrafe deste trabalho. A enunciação da proposta, é claro, não representa novidade na área, mas, como a incongruência entre o reiterado intuito pedagógico e a banalização de dados conteúdos é flagrante, há uma necessidade de rever caminhos.

A partir desse ponto de vista, buscamos discutir de que maneira parte significativa da literatura do século XIX, expressa pelo movimento romântico, vem sendo apresentada em alguns materiais didáticos tomados como amostras – aqui exemplificados por um livro de grande circulação nas escolas do Rio de Janeiro – e que outros caminhos teríamos para despertar o potencial crítico desse momento passado nos jovens leitores, de cuja formação participamos na condição de professores de literatura. Como recorte específico, selecionamos o tema da representação do nacional, em especial pela relevância que sua discussão assumiu na configuração de nosso imaginário social e cultural.

Está claro que, no período pós-independência, os artistas e intelectuais brasileiros tomaram para si a tarefa de pensar o Brasil e partiram para a aventura de sua representação na poesia e no romance, conforme apontam todos os livros didáticos. A pesquisa do caráter nacional brasileiro e de sua linguagem, realmente, está na ordem do dia para nossa intelectualidade, mas ela possui fundas raízes em um movimento mais geral de pesquisa histórica e afirmação do nacional, gestado longe das terras tupiniquins, que não se encontram

significativamente descritas nos materiais didáticos, ajudando a cristalizar uma leitura pouco crítica do período romântico, em muito denunciada também pelas oposições maniqueístas estabelecidas, na seqüência do estudo histórico, quando esses mesmo materiais expõem o Modernismo. Para ampliar um pouco mais o espectro da análise do período, fornecendo, aos leitores que queremos formar, um instrumental para enfrentar as contradições do presente, é necessário fazer dadas associações que não encontram muito eco na tradição de exegese do Romantismo.

Em um âmbito mais geral, do chamado contexto da literatura romântica, é preciso lembrar, de saída, que a afirmação dos princípios de nacionalidade e do caráter nacional, na verdade, compõe um dos impulsos fundamentais da instauração da modernidade, em um mundo então capitaneado pela Europa capitalista. A modernidade aqui é entendida como um processo, afirmado sobretudo na segunda metade do século XVIII, em que a chamada civilização é engendrada pela revolução industrial e pela generalização da economia de mercado, trazendo como características principais o espírito de cálculo, o desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental e a dominação burocrática, que são inseparáveis do “espírito do capitalismo”. (LÖWY & SAYRE, 1995, p.35-6).

Eric Hobsbawm, na introdução de seu livro dedicado ao estudo do tema, afirma o fato de que a ausência do entendimento do termo “nação” tornaria incompreensíveis os últimos dois séculos da história humana na Terra, visto que a consolidação da idéia de estado-nação é indissociável do próprio fenômeno da modernidade. O conceito moderno de nação é uma novidade histórica que interage com o contexto das revoluções burguesas, que tiveram na França seu *locus* privilegiado e



emblemático. Naquele momento, a nação era “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política”(HOBSBAWN, 1990)

Portanto, tratar da pesquisa da brasilidade como fenômeno aparentemente isolado e surgido apenas da circunstância da independência, é afastar tanto o fenômeno histórico como o artístico de suas implicações mais gerais, é desviar o olhar das questões que cercam a inserção desigual e periférica do Brasil na modernidade ocidental. Afinal, não se pode omitir que o interesse da pesquisa histórica, da busca das raízes do nacional, associa-se, nesse contexto, à tentativa de registrar convergências que contribuam para a sustentação das “comunidades imaginadas”, que são as nações modernas. Desse complexo processo de instauração da ordem moderna na vida cultural e social da Europa, os materiais didáticos analisados como *corpus* registram apenas o que denominam de “medievalismo”, vertente de uma vocação historicista, às vezes sequer citada e, via de regra, interpretada apenas como uma reação à estética clássica. Em quadros sinópticos ou resumos ao final dos capítulos, a referência seca ao “nacionalismo” como característica geral do Romantismo europeu denuncia a pouca importância atribuída ao tema.

Tal enfoque embute o risco de criar a falsa impressão de que o nacionalismo é principalmente uma invenção do Brasil recém-independente, conforme parece claramente indicado no capítulo sobre a primeira geração romântica de uma obra didática destinada ao ensino médio:

O Romantismo, além do seu significado primeiro – o de ser uma reação à tradição clássica –, assumiu em nossa literatura a conotação de

movimento anticolonialista e antilusitano, ou seja, de rejeição à literatura produzida na era colonial, em virtude do apego dessa produção aos modelos culturais portugueses. (MAGALHÃES e COCHAR, 2005, p. 202)

Essa abordagem, oculta as importantes conexões que se poderiam estabelecer entre o novo país e o Velho Mundo, não em uma dinâmica de mera oposição, de antilusitanismo, de libertação do jugo colonial, mas como partícipes, em condições muito desiguais, de uma mesma ordem moderna e capitalista. Trata-se da substituição de dados vínculos por outros, em uma lógica de subserviência que ainda muito se reproduziria em nossos itinerários sociais e culturais.

Estabelecida essa relação, há de se constatar que a configuração do Estado-nação brasileiro, a exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo ocidental, também mobilizou as consciências e cristalizou vínculos – políticos, sociais e simbólicos – que atravessam séculos, constituindo matéria constante de reflexão na produção intelectual e artística. Do estágio de colônia ao de República, a “comunidade imaginada” que chamamos Brasil experimentou, com a especificidade de sua condição sempre periférica, a utopia e a ruína dessa forma de pertencimento nacional, uma das mais importantes gestadas na modernidade. Falar da idéia de nação no Brasil é discutir uma construção simbólica erigida sobre o conjunto de fraturas que compuseram o próprio Estado independente, com sua pesada herança colonial, e a implantação do sentido de modernidade entre nós.





Minha terra tem palmeiras, ruínas e solidão

*Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
(...)
Em cismar sozinho à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*
GONÇALVES DIAS

O emblemático poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, constitui citação quase obrigatória nas elaborações sobre o nacionalismo romântico e está presente em todas as publicações didáticas consultadas. Ícone verbal, semióforo do nacional, discurso fundador, o texto, de fato, fala de uma natureza expressa por meio de comparações, em tudo superior à europeia, de uma plasticidade paradisíaca, *locus* fundamental do prazer e da felicidade do filho da terra, sob as bênçãos de Deus, que já nos houvera aquinhado com dotes dessa fartura que tanto impressionou os portugueses. A princípio, portanto, vinculada ao ideário oficial de invenção de um Brasil cuja superioridade natural – da terra em que “se plantando tudo dá” –, a natureza confere as credenciais necessárias ao estatuto de nação, mais propriamente de Estado-nação, condição já assegurada, na época da criação do poema (1843) pelo processo de independência política.

O eixo de supervalorização da natureza no Romantismo brasileiro associa-se ao processo de afirmação de uma nacionalidade incipiente na condição de Estado, categorias, por sua vez, necessariamente vinculadas ao coletivo, ao público, ao institucional. A sagração da natureza constitui um dos mais vigorosos mitos fundadores da nação brasileira,

sendo as inúmeras possibilidades de exploração de seus recursos um requisito importante, também, para o atendimento ao chamado “princípio de nacionalidade”, no que diz respeito às potencialidades produtivas de um território, a partir do qual um povo almejava formar um Estado-nação.

Dante Moreira Leite, em **O caráter nacional brasileiro** (1969), avalia que essa modalidade de exaltação nacional integra um impulso romântico mais geral – presente, por exemplo, em Almeida Garrett e Ferdinand Dennis – que se inclinava à recomendação de que a natureza de cada local se constituísse como fonte de inspiração poética. Desse modo, haveria, sobretudo, a realização de uma faceta do chamado programa nacionalista romântico, que pregava a celebração da natureza tropical, oposta à dos países de climas frios e nebulosos.

Confirma-se, assim, o padrão de uma natureza majestosa, superior, perfeita para abrigar o novo homem-cidadão dos trópicos. Seguindo a mesma trilha, várias foram as produções românticas que se notabilizaram por uma consolidação do caráter nacional operada pela via das riquezas naturais. Já está suficientemente estabelecido pela tradição dos estudos históricos e da crítica literária que o Romantismo privilegiou a interpretação um tanto monolítica, o sentido de mão única em que o caráter nacional brasileiro repousa sobre seus mitos fundadores. Afinal – lembra o Hino –, sobre o “berço esplêndido” do cenário oceânico, limite de um espaço outrora inacessível, desbravado pelos navegadores, “repousa eternamente” o novo Estado-nação, ou seja, em um tempo fora da história, imune às fraturas da colonização ou da Independência.



Tal leitura atendia claramente às necessidades de coesão, de supressão das desigualdades e dos descontentamentos que pulsavam sob o manto da ambígua e relativa autonomia política conquistada. Talvez por isso mesmo esse viés de interpretação tenha contado com grande audiência e ajudado a consolidar uma linha de interpretação ufanista do Brasil, ainda hoje presente em algumas manifestações de nosso imaginário coletivo. A construção simbólica, de fato, poderia compor um meio eficiente de sobrepor a ideia de Brasil a uma situação verdadeiramente fragmentada, que se expressava em sentimentos de desigualdade com muitas manifestações, inclusive públicas, como descreve José Murilo de Carvalho:

Após a independência, podem-se encontrar ainda vários sintomas da ausência de um sentido de identidade nacional. Nas cortes de Lisboa, em 1821, o deputado por São Paulo, Diogo Feijó, futuro regente do Império, dizia que ele e seus colegas de delegação não eram representantes do Brasil mas da província de São Paulo. A revolta pernambucana de 1824 contra a constituição outorgada separou o nordeste do resto do país. Nos textos dos revoltosos transparecia grande ressentimento contra o Imperador, a Corte, o Rio de Janeiro, e nenhuma preocupação em manter a unidade nacional. A palavra pátria ainda tinha sentido ambíguo, mesmo depois da independência. Era ainda muitas vezes usada para denotar províncias e não o Brasil. Em 1828, o deputado Vasconcelos, falando a seus conterrâneos mineiros, referia-se à “nossa pátria”, Minas Gerais, em oposição ao “Império”, que seria o Brasil. (CARVALHO, 1998, p. 235).

O uso ambíguo da palavra “pátria” revela o difuso sentido de nossa nacionalidade na época. A lealdade ao Brasil como nação haveria de ser arrancada a fórceps de uma realidade descontínua; a “pátria” ainda freqüentaria

por algum tempo a zona fronteira entre o sentimento de pertença, ligado à terra natal (em sentido estrito), e a imagem do Estado-nação, construção imaginária das elites dominantes, nas novas alianças que vinham substituir o pacto colonial.

As publicações didáticas, via de regra, privilegiam o caráter afirmativo das matrizes do nacional, particularmente a da natureza e do índio como herói nacional, reforçando sua tônica idealizadora, esfumando as contradições do próprio processo de independência e ignorando as possíveis fraturas na configuração identitária:

O Romantismo surge no Brasil poucos anos depois da nossa independência política (1822). Por isso, as primeiras obras literárias e os primeiros artistas românticos se mostram empenhados em definir um perfil da cultura brasileira, na qual o nacionalismo torna-se o elemento essencial. (MAGALHÃES e CEREJA, 2005, p.201)

Porém, para construir uma base suficientemente crítica que permita não só realizar uma leitura mais problematizadora do Romantismo, como transformá-la em instrumento da crítica presente, é necessário ir além. É preciso dar ouvido a outras vozes silenciadas ou postas em segundo plano, no trajeto de construção de nossa brasilidade, abrir a perspectiva analítica para os lampejos da inquietude, companheira do homem em seu mergulho nessa experiência moderna – que destruiu antigas formas de identificação, substituindo-as por outras cuja instabilidade leva tudo, até aquilo que parece mais sólido, a “desmanchar-se no ar”. Veja-se, como exemplo das sombras que rondavam a miragem de nação no século XIX, o poema de Félix da Cunha, significativa e ironicamente intitulado “Sete de setembro”:

Silêncio!...não turbeis na paz da morte
Os manes que o Brasil quase esquecia!...





É tarde!...eis que espedaça a lousa fria
De um vulto venerando o braço forte!

Surgiu!...a majestade traz no porte,
Onde o astro da glória se irradia...
Vem, grande Andrada, adivinhaste o dia,
Vem juntar ao da pátria o teu transporte!

Recua?! não se apressa em vir saudá-la,
Cobre a fronte brilhante de heroísmo,
E soluça!...que tem?...Ei-lo que fala:

“Ó pátria que eu salvei do despotismo!
Lá vejo a corrupção que te avassala,
Não te conheço!...” E se afundou no
abismo!

Em que pese a ingenuidade na personificação poética da figura de Andrada, as notas em dissonância com a idealização do nacional estão claras: um texto cujo título remete às festividades da Independência, iniciado pela palavra “silêncio” e encerrado por “abismo”; a referência à corrupção e à pátria como fonte de choro e melancolia. O próprio recurso da polifonia, da elucidação de papéis discursivos em conflito (celebração x decepção) revela uma tensão longe do monolitismo com que tradicionalmente se rotula o movimento romântico.

Mesmo na “Canção do exílio”, exemplo consagrado de sentido nacionalista e afirmativo, os sinalizadores positivos do nacional se fazem acompanhar do desejo do eu poético de “cismar *sozinho à noite*”, estranho signo de uma melancolia e de uma solidão em nada parecidas nem com o caráter reluzente da natureza, nem com a configuração necessariamente grupal ou coletiva da pátria em ascensão (explicitamente marcada, no próprio texto, pelo emprego do plural “nosso” acompanhando o céu, as várzeas, os bosques, como no Hino Nacional). Por meio dessa construção de linguagem, o uno, o institucional, o homogêneo, o celebrativo, não de conviver com o

solitário, o apartado, o pensativo, o melancólico. Diante das palmeiras e do sabiá, o homem solitário, ao invés de festejar, vai “cismar” – “sozinho” e “à noite”.

Seria tarefa de pouco proveito especular sobre pendores políticos de Félix da Cunha ou ainda se Gonçalves Dias, poeta e cidadão, teve a deliberada intenção de exibir alguma fissura no padrão de nacionalidade amplamente legitimado pela natureza, sobretudo considerando o fato de que também o individualismo e a melancolia são características facilmente identificadas no conjunto do movimento romântico, fazendo parte, por isso, de um “arsenal” à disposição do autor na época. É forçoso, todavia, reconhecer que, nos textos que serviram de base à opinião comum sobre o Romantismo, estão – consciente ou inconscientemente – semeadas algumas dissonâncias, nem sempre destacadas pela tarefa crítica, que podem ajudar a compreender melhor o espírito desse movimento, que já foi definido como de “revolta e melancolia” (cf. LÖWY & SAYRE, 1995).

Vários seriam os exemplos se nos propuséssemos a realizar uma revisão exaustiva dos textos românticos, buscando as pistas de tais dissonâncias. Como não é o propósito aqui, destaquem-se alguns casos representativos, como o de uma referência já feita, da qual foi ressaltada apenas a direção positiva e afirmativa. De fato, o excerto de Ferdinand Dennis (francês estudioso da cultura brasileira no século XIX), citado por Dante Moreira Leite para identificar as matrizes celebrativas do Romantismo brasileiro no que diz respeito à tematização da natureza pátria, traz explicitamente a memória da ruína, em geral obliterada nas leituras oficiais que se fizeram ou divulgaram sobre o passado da nação:



(...)Que os poetas dessas regiões contemplem a natureza, que se inspirem de sua grandeza, e em poucos anos eles se tornarão iguais a nós, talvez nossos mestres(...) Que o poeta dessas belas regiões (...) lamente as nações aniquiladas, excite uma piedade tardia mas favorável aos restos das tribos indígenas, e que esse povo exilado, diferente por sua cor e seus costumes, não seja esquecido nos cantos do poeta; que ele adote uma nova pátria e ele mesmo a cante (...). (LEITE, 1969, p. 168)

Se é verdade que o conselho para os poetas adotarem “uma nova pátria” se faz acompanhar, por um lado, de paternalismo e certa pieguice, por outro, entretanto, ele mostra uma consciência de que essa adoção se dá sobre as ruínas de um genocídio, soterrando o elemento indígena, que deve agora sobreviver apenas como memória, como melancolia. Assim, o contrato social da nação brasileira, sendo seu documento de civilização, de inserção na modernidade, é também a memória de sua barbárie, como ensina Walter Benjamin acerca da história das sociedades (BENJAMIN, 1985, p.157).

Do ponto de vista das ambiguidades dessas representações que se constituíram no curso de nossa experiência histórica, são importantes as duas direções: tanto a presença das ruínas, na alusão à morte das nações indígenas, quanto a afirmação do paraíso tropical, na leitura hegemonicamente consolidada em nossa vida intelectual. E tal dialética não é exclusiva do fenômeno brasileiro de construção identitária, mas se relaciona ao papel da própria narração na construção da memória do homem, conforme aponta Jeanne Marie Gagnebin, em estudo sobre Benjamin:

Se podemos assim ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente

mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um “branco” de memória, mas também uma atividade que apaga, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração. (GAGNEBIN, 1999, p. 3)

É sobre essas fraturas que se vão tecendo os fios do discurso romântico, em suas diversas facetas – poética, crítica e narrativa. Analisando a produção de Alencar, Lucia Helena formula uma hipótese para a leitura de tais fraturas justamente a partir da temática da solidão, dos silêncios e das entrelinhas de uma escrita imersa nas contradições da modernidade. Movendo-se no espectro teórico que, a exemplo de Lukács, considera a solidão como pertencente à forma interna do romanesco, a autora, para além daquilo já cristalizado pela opinião majoritária da crítica, lança outro olhar sobre a narrativa alencariana:

A solidão é quase sempre evocada na obra de Alencar de maneira dúplice. Num primeiro nível, é forma de expressão das dúvidas e isolamento do novo país diante da incerteza de rumos. A procura de desprender-se do complexo colonial de que fora parte vincula-se ao destino dos personagens. Indígenas cheios de virtudes, esses problematizam os dilemas vividos, em nosso século XIX, por um eu cindido entre a cidadania e os desejos individuais. Num segundo nível, no novo pacto brasileiro, a solidão tematiza a busca de um novo código e dos troços para definir, implantar e administrar a “hipótese Brasil”, a partir de modelos ao mesmo tempo autóctones e importados. (HELENA, 2000, p.145- 6)

Michael Löwy, expoente dessa linha crítica de redefinição da história do Romantismo – em uma perspectiva marxista – considera que as dissonâncias internas do movimento romântico encontram-se imbricadas à sua





complexa inclinação a mover-se “na contramão da modernidade”. Tomando o Romantismo não puramente como estilo, mas como visão de mundo, ou seja, “como estrutura mental coletiva”, esta seria, essencialmente, uma reação contra o modo de vida capitalista:

(...) o romantismo representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno). Podemos dizer que, desde a sua origem, o romantismo é iluminado pela dupla luz da estrela da revolta e “do sol negro da melancolia” (Nerval). (LÖWY & SAYRE, 1995, p.34)

A visão de mundo romântica está, de fato, fortemente marcada pelo sentido da perda, resultando em uma nostalgia e uma melancolia que rondam, como matéria subterrânea, mesmo suas construções mais afirmativas e que podem, também neste sentido, ser lidas como restituição utópica de um equilíbrio para sempre perdido na realidade da mercadoria e da indiferença. Afinal, todo o processo de “reencantamento da natureza” seria o outro lado de uma moeda que, em sua face mais conhecida, viu a razão e a técnica modernas manejarem de maneira utilitária essa mesma natureza. Ao “desencantamento do mundo” que a escalada moderna produziu, os românticos contrapuseram o retorno aos mistérios das matas, dos mares e da noite (*idem*, p.51-8).

Afirmar a ideia de um Brasil cuja natureza é em tudo superior à dos demais países, um nascente Estado-nação “gigante pela própria natureza”, seria, em uma leitura mais profunda, oferecer uma alternativa de religação (daí o sentido religioso que Löwy e Sayre identificam na mitologia da Natureza romântica) do homem com uma unidade perdida pelo fim dos vínculos comunitários que a modernidade capitalista – inclusive em seu formato de Estado – destruiu. Mesmo que se considerem essas reflexões muito

distantes para nossa realidade notadamente agrária, para nossos escritores nascidos em uma terra já arrolada nas posses de uma outra nação, já acostumados às ruínas das nações indígenas, e ainda se acentue que tais escritores eram concretamente descendentes de famílias da elite brasileira, é preciso lembrar, entretanto, que não eram pequenas nem superficiais as fraturas, aliás bastante visíveis, do Brasil como projeto de nação, sob a batuta, ainda, de uma família real.

O terreno instável sobre o qual repousa o Estado-nação brasileiro não justifica, em seu conjunto, uma leitura unívoca dos textos que se puseram a tarefa de tematizar essa brasilidade, salvo se tudo fosse considerado como literatura de encomenda oficial, o que não constitui ponderação marcante na crítica. A relação mais apontada nessa conexão entre a literatura romântica e o pensamento oficial gira em torno da referência cultural e política que alguns autores, de fato, tinham no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), fundado em 1838, no processo de afirmação da independência, com o claro sentido de construção da identidade nacional.

Havia, realmente, um sentido de missão, por parte dos intelectuais brasileiros, que se sentiam na obrigação de pensar um novo país, com a maior autonomia possível em relação a Portugal. Essa tarefa vai apontar para diversas direções mais ou menos convergentes para o sentido de missão. Assim, paisagem natural, valores do povo, características da autenticidade regional, pesquisa de dicções próprias da língua, são aspectos antigos e novos que se articulam naquele (já bastante descrito pela crítica) esforço de compreensão do nacional, empreendido pelos escritores românticos. O sentido da fundação, da criação de uma escrita nacional autêntica, assinala, como observa Antonio Candido, as atitudes dominantes no período: “Cada um [dos escritores] que vinha imaginava-



se detentor da fórmula ideal de *fundação*, referindo-se invariavelmente às condições previstas por Denis e retomadas pelo grupo da *Niterói*: expressão nacional autêntica” (CANDIDO, 1981, p.14).

Não obstante, essa tarefa – claramente orientada para a superação do clássico universal e para a busca da expressão genuinamente nacional – não se deu sem sérias dubiedades, que levaram, inclusive, Antonio Candido, em **Formação da literatura brasileira**, a denominar os primeiros românticos – justamente aqueles identificados com o nacionalismo mais intenso – como “geração vacilante”:

(...) Não raro, parecem oscilar entre duas estéticas, como, na atitude política, misturam certo liberalismo de origem regencial e o respeitoso acatamento ao Monarca. Devemos, pois, abordá-los com largueza de espírito, prontos a interpretar a sua eventual dubiedade, própria menos dos indivíduos que da época em que viveram –situada entre duas literaturas, dois períodos, duas eras políticas. Época de liquidação do passado e de rumos novos para o futuro, na arte e na vida social. (CANDIDO, 1981, p.47)

E na vida social e política são vários os signos desse período de transição, de busca descontínua. É curiosa, por exemplo, a circunstância que envolveu o Hino Nacional, que, como observa José Murilo de Carvalho, sequer possuiu, durante bom tempo, letra fixa para execução em atividades e solenidades, algo relativamente surpreendente se for levado em conta o inequívoco papel de agregação e celebração coletiva justamente de um símbolo como o hino (cf. CARVALHO, 1998, p. 239).

Pentear a contrapelo: considerações finais

A relevância dessas considerações não se encontra, é claro, na promoção de um julgamento das consciências românticas no que diz respeito à

configuração da nacionalidade e seu sentido libertário, reformador ou conservador. Já foi bastante discutido, em diversas esferas do pensamento, o quanto a inteligência dominante na época contribuiu para o processo de afirmação de um orgulho antilusitano, na pesquisa dos elementos nacionais, inclusive no que envolve a língua, e o quanto, por sua vez, os interesses dominantes da época viam com bons olhos tais iniciativas.

E é justamente essa compreensão que povoa as páginas das publicações didáticas, com maior ou menor diluição das fraturas históricas de que se cercou a literatura romântica no Brasil e na Europa – sempre devidamente confinadas ao panorama histórico –, sem a necessária correlação o fenômeno literário, salvo quando se fala na chamada terceira geração romântica, marcada por críticas sociais mais explícitas. É essa perspectiva também que reproduz a propaganda rupturista do Modernismo, em oposições fáceis entre nacionalismo romântico e modernista, que obliteram reflexões dos próprios atores da Semana acerca da consciência criadora nacional.

Para devolver a esse momento do século XIX a sua potencialidade crítica, é importante, contudo, tanto reconhecer alguns dos seus avanços em relação à busca da autonomia, mesmo que sob um manto homogeneizador, quanto apontar as discontinuidades que verdadeiramente estiveram presentes no horizonte da época. Em outras palavras, para captar os efeitos da etapa romântica na construção do nacional, é preciso analisar a leitura que os autores do período fizeram sobre o Brasil, sua formação e seus mitos fundadores, divisando suas próprias tensões internas, como também discernir a leitura que do Romantismo fizeram as elites dominantes – coerente com uma modalidade de nacionalismo útil aos interesses de plantão.

Final, é essa leitura que constitui o discurso vencedor, suplantando as dissonâncias e solidificando dados



modelos. Seria, então, necessário buscar o sentido da história tal como sugeriu Walter Benjamin, em suas “teses sobre filosofia da história”, ou seja, buscar resgatar, nos lampejos da contradição que traz, nas ranhuras da escrita do nacional, as sombras da incerteza, os sinais apagados de uma história recoberta de melancolia, inclusive no âmbito da cultura:

(...) afinal, com quem se identifica o historiador do historicismo? A inelutável resposta é: com o vencedor. Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder.(...) Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres da barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1985, pp. 156-7)

E, nessa tarefa de “pentear a história a contrapelo”, os dados contraditórios das figurações do Brasil, empreendidas pelo Romantismo, revelam-se importantes para a compreensão de um impulso que, gerado pela experiência moderna, encontra-se com algumas das questões que permeiam os rumos contemporâneos do debate sobre os limites da expressão nacional.

Refletir sobre tais impulsos, parece-nos extremamente útil para o leitor do século XXI, que se move por espaços dominados pelas contradições da modernidade em sua fase tardia. Pensando sobre as configurações do nacional em suas estreitas relações com o fenômeno moderno, é possível compreender melhor a crise hoje vivida pela ideia de nação, em um cenário

dominado pelo neoliberalismo, com seu dinheiro volátil, com sua grande ênfase no indivíduo, com a apropriação reificadora das diferenças, com o sentimento de comunicação ilimitada e planetária, com a disseminação, enfim, de um padrão de vida e pensamento que, em que pesem as experiências na contracorrente, é facilmente incorporado à lógica do consumo global.

Assim, o culto aos sinais exteriores da modernização tecnológica, sempre vendida como supranacional, caminha pelas ruas dos centros urbanos sob a forma dos celulares e *notebooks* de última geração, dividindo espaço com o poder paralelo, com a violência social, com as crianças fazendo malabarismos nos sinais de trânsito. No abandono do padrão estatal – leia-se nacional – de intervenção nas questões sociais, sobretudo naquelas em que estão implicadas as desigualdades, afirma-se um modelo de estado mínimo que condena à exclusão ainda maior grande parte da população. Por outro lado, a trajetória de nosso estado-nação está, e muito, vinculada à história da concentração de renda, de poder, e não raro à truculência militar e policial na garantia dos privilégios de alguns. Não existe, portanto, posição confortável na reprodução de um mesmo, quer caracterizado pelas estruturas tradicionais de dominação e exploração, quer sob o novo formato globalizado e excludente.

É, portanto, preciso refletir sobre o conjunto de elementos que tanto configuraram a feição conservadora das nações, soterrando as descontinuidades e desigualdades, quanto se manifestam agora, com formatos mais palatáveis, na vitrine global das mercadorias. Nesse contexto, compreender as obras literárias, contemporâneas ou não, como respostas estéticas aos dilemas da experiência social brasileira é fundamental para libertar o ensino da literatura da condição de ornato curricular. E, se uma ampla



cultura humanística, propulsora de reflexões presentes, contribui para a formação de um leitor mais crítico, parece-nos claro que tal tarefa está, neste momento, ainda fora do alcance do

padrão dominante dos materiais didáticos de Literatura, que predominantemente tornam estanques e estereotipadas as relações entre arte literária e história.

THE STORY IN REVERSE: CONSIDERATIONS ABOUT THE TEACHING OF ROMANTICISM IN SCHOOL

ABSTRACT

This paper seeks to discuss the approach to teaching the average level of Romanticism, from a theoretical-critical that focuses on the interpretation of the ruins, the counterface of a romantic mirage of Brazilianness, in many textbooks crystallized by treatment of the subject. As a general objective, we hope to contribute not only to look with a review of the school which immobilizes the nineteenth-century style, but also for the construction of alternatives in the study of our literary history, supported by authors who have thought and rethought, at different times, the romantic ideals of a nation. In this dialogue is still expected to point a possible way of teaching an action that by putting our students in front of the dilemmas and impasses of the past, help them to exercise critical thinking in the present and future.

Keywords: Teaching of Literature, Romanticism, Nationalism.

Artigo submetido para publicação em: 29/09/2011
Aceito em: 24/11/2011

REFERÊNCIAS:

- BENJAMIN, Walter. **Sociologia**. Org. Flávio Kothe. Col. Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **Obras escolhidas** (vol. I, II e III). São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatitaia, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CEREJA, William R. & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Literatura Brasileira: em diálogo com outras literaturas e outras linguagens**. 3ed. São Paulo: Atual, 2005.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.





HELENA, Lucia. **A solidão tropical e os pares à deriva**: reflexões em torno de Alencar. *In: Alea*, vol. 2, no.2, Estudos neolatinos, UFRJ, 2000.

_____. **Uma literatura antropofágica**. Fortaleza: UFC, 1983.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1969.

LÖWY & SAYRE. **Revolta e melancolia**. O Romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2001.